

Nova Carta deverá ser realista

O Brasil está disposto a perder mais reservas cambiais, este ano, para poder negociar com calma com o Fundo Monetário Internacional e elaborar uma nova Carta de Intenção mais realista, segundo informaram ontem assessores do Governo.

A falta de pressa em chegar a um acordo com o FMI — que foi transmitida ao diretor do Fundo, Alexandre Kafka, pelas autoridades econômicas do país, em reunião sigilosa realizada sábado, no Rio — é motivada por vários fatores. O primeiro deles e sem dúvida alguma o mais importante é um fator político: a saúde do Presidente Tancredo Neves.

Em segundo lugar vem o fato de o país deter reservas em volume suficiente para suportar uma perda, mesmo que elevada, sem que tenha que enfrentar uma nova crise cambial. Em 1984, o Brasil fechou o exercício com reservas disponíveis no volume de 7 bilhões de dólares e reservas líquidas no total de 11 bilhões de dólares.

Um outro ponto, não menos relevante, que está sendo considerado pelo Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, o Ministro do Planejamento, João Sayad, e pelo presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber, ao pedirem “tempo” ao FMI, é a necessidade de se realizar a nova Carta somente quando já estiver definido todo o programa econômico da Nova República e adotadas todas as medidas capazes de colocá-lo em execução.

Dessa forma, o país disporá de bases mais concretas para negociar as metas com a missão do Fundo e evitar revisões no meio do caminho, que desmoralizam não só as autoridades brasileiras, mas a própria diretoria do FMI. Será preciso também refazer as contas do balanço de pagamentos, diante da perspectiva de um superávit comercial menor.

Repasse em atraso

A demora em chegar-se a um entendimento com o Fundo Monetário Internacional elevará a perda de reserva, segundo explicaram os assessores do Governo, porque em contrapartida

deverá ocorrer um atraso maior no repasse das parcelas do empréstimo dessa instituição ao Brasil, ao longo desse exercício.

Ao invés de repasses totais, este ano, de 1,5 milhão de dólares, o Banco Central, na publicação Brasil Programa Econômico-Ajuste Interno e Externo de fevereiro, já estimou que o FMI só concederia ao país, agora em 1985, 1,1 bilhão de dólares. E os economistas ligados ao Governo acham que a quantia poderá ficar até mesmo em 700 milhões ou 800 milhões, na pior das hipóteses, dependendo do mês em que se concluírem as negociações com a instituição financeira internacional.

Consequentemente será necessária uma perda adicional nas reservas de cerca de 700 milhões de dólares, além da que fora prevista inicialmente pela não entrada de recursos novos e a apresentação de um superávit comercial menor do que o estimado na 7ª Carta (13 bilhões de dólares).

Na possibilidade de o país vir a enfrentar nos próximos meses um impasse mais sério em suas contas externas, a saída encontrada poderia ser a adoção novamente da centralização de câmbio ou o atraso no pagamento dos juros. Mas, de forma alguma, o Governo deverá abrir mão de uma negociação mais cautelosa e da elaboração de uma Carta de Intenção que tenha como base um programa econômico factível, aprovado pelo Congresso.

Cautela

Quanto aos bancos, a negociação só será retomada depois que o Brasil tiver voltado a se conciliar com o FMI. No momento da suspensão das negociações, em fevereiro último, o acordo temporário com os bancos, que mantém em vigor os projetos 2,3 e 4 (renovação das amortizações, renovação das linhas de crédito interbancárias e de exportação) foi prorrogado até 31 de maio. Caso necessário, talvez tenha que sofrer outra prorrogação.

Mesmo assim, na opinião do vice-presidente do Unibanco, Márcilio Marques Moreira, o Governo está certo ao adotar de cautela para renegociar a dívida externa com os bancos credores e o FMI, não só devido à saúde do Presidente, mas também para não ter que estar fazendo e refazendo Cartas de Intenção.